

# **A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, 10 anos depois**

Maria José Moura

*Directora de Serviços de Bibliotecas*

*Instituto Português do Livro e das Bibliotecas*

## **Resumo**

Aborda-se a evolução registada no Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Apresentam-se algumas das respectivas orientações programáticas e projecções financeiras. Aponta-se para a criação de novos serviços, viabilizados pelas tecnologias da informação e comunicação, que se juntam aos considerados tradicionais neste tipo de equipamento.

## **Abstract**

We refer to the evolution registered in the National Network of Public Libraries Programme. We present some of the respective programmatic guidelines and financial forecasts. We point out the emergence of new services, made possible by the information and communication technologies and which are added to the so-called traditional ones in this type of equipment.

## Evolução

Passado um longo período de quase silêncio sobre um Projecto que, como poucos, tem interessado o poder autárquico emergente após a abertura democrática do 25 de Abril - e certamente só por esta justificado e viabilizado - algo tem sido dito, nos últimos tempos, na nossa comunicação social relativamente às Bibliotecas Públicas que, por todo o país, vão surgido com uma imagem diferente e quase sempre inesperada, desde logo para a população que servem.

Por seu lado, alguns dos Bibliotecários responsáveis pelo êxito dos equipamentos que dirigem e que pressupõe, como é óbvio, o apoio dos políticos que neles investem como uma prioridade e denotando uma visão estratégica que dará os seus frutos a médio prazo, também têm escrito e apresentado, no país e ao estrangeiro, relatos das suas experiências e algumas teorizações que as fundamentam e tornam mais perceptíveis os objectivos e o modo como os pretendem atingir, na procura de uma via própria e adequada à realidade que os cerca, mas sobre a qual, porém, querem justamente actuar.

Não gostaria, assim, de repetir o que já foi dito em várias circunstâncias por outras pessoas e até por mim própria, mas cumpre-me, em nome do IPLB - e agradecendo antes de mais o convite para estar presente no 6º Congresso da BAD - tecer nestes poucos minutos alguns comentários, em resultado da participação activa e da vivência “por dentro” de um projecto que alterou a vida profissional dos nossos Bibliotecários, mas que irá acima de tudo reflectir-se na comunidade e contribuir, queremos acreditar, para a sua fruição criativa dos ócios, para a formação permanente, para uma melhor qualidade de vida e uma mais consciente cidadania.

A conquista do(s) público(s) para a leitura e para a procura da informação de que precisa, não se faz, porém, em poucos dias, e não se espere que as nossas estatísticas se alterem logo como por milagre.

Sendo um projecto a longo prazo, é fundamental iniciar as crianças desde muito cedo, fazê-las depois descobrir o prazer de ler autonomamente, isto é, fora do quadro escolar, e continuar logo esse esforço, de modo inovador e sensível, junto dos adolescentes, encontrando por último a forma de mantê-los como leitores nas várias fases da vida, tentando corresponder o melhor possível às suas diversificadas necessidades e interesses.

E, se “*a biblioteca pública é o espelho da sociedade*”, parece-nos óbvio que, nos nossos dias,

paralelamente ao livro e a todos os outros materiais impressos, deve disponibilizar o áudio, o vídeo, o multimédia, o acesso às redes mundiais de informação.

Quando há dez anos se lançou este projecto, não se podia imaginar sequer uma disponibilização tão pronta e alargada do produto das ciências, das artes e da cultura; antevia-se a globalização da economia e a crescente importância das indústrias culturais, mas não ainda a convergência que hoje se verifica entre os novos média, a informática e as telecomunicações.

Assim, como é natural, o Programa foi-se alterando para se adaptar às tendências actuais e, por certo, continuará essa evolução num futuro que ninguém poderá prever qual seja.

Constata-se, no entanto, que os objectivos da Biblioteca Pública não sofreram alteração, ao contrário dos seus recursos e meios de actuação que, esses sim, não têm semelhança com os que contava há apenas 10 anos.

Para além dessa tendência que se verificou na generalidade dos países, no nosso caso houve também uma certa inflexão que nos compete assumir, tendo em conta que à inspiração no modelo de desenvolvimento utilizado em França, cujas bibliotecas se inspiravam por sua vez nas dos países nórdicos, foi depois acrescentado o que podemos designar de pragmatismo anglo-saxónico. Essa mais valia, decorrente de um maior contacto com outra tradição, também fortemente enraizada, traduziu-se num aproveitamento mais eficaz dos equipamentos, a construir por vezes em zonas do país onde são quase os únicos, para além, evidentemente, dos escolares.

É assim que os prolongados horários de funcionamento, não obstante a falta de pessoal, em muitos casos, possíveis apenas pelo empenhamento e compreensão deste, deixam admirados os colegas estrangeiros que têm vindo, cada vez em maior número, contactar e conhecer as bibliotecas municipais que surgem um pouco por todo o país. A excelente apreciação que lhes merecem não nos deslumbra, pois sabemos todos o muito que falta fazer, mas é sem dúvida motivo de estímulo. Obriga-nos ainda mais a uma regular avaliação, para corrigir trajectórias ou omissões e inovar constantemente, pensando acima de tudo na satisfação dos potenciais leitores. Confirmámos, se preciso fora, que as necessidades também se criam e uma vez que lhe é dada resposta, as exigências não cessam de aumentar. É pois indispensável, nesses privilegiados espaços de sociabilização, constituir colecções coerentes e diversificadas, criar serviços novos, que ainda há pouco tempo nos pareciam utópicos, e, resolutamente, disponibilizar o acesso às novas tecnologias de informação. Num país em que uma das mais pesadas heranças, ainda hoje não resolvida, é uma pesada taxa de analfabetismo, isso não pode ser desculpa para provocar novas formas de iliteracia que só iriam

agravar o nosso atraso.

Acreditamos que a reconhecida ineficácia e permanente crise do sistema escolar, incapaz em todo o mundo de acompanhar a aceleração das mutações, e a assumida necessidade de novas e contínuas aprendizagens ao longo da vida, levarão a que se conceda crescente importância ao papel das bibliotecas públicas na comunidade, alargado aos múltiplos aspectos da sua vida, mas muito em especial ao seu contributo específico para democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, ultrapassando em muito o objectivo de instituição cultural que era quase exclusivamente o seu, nas décadas anteriores, sobretudo na Europa do Sul.

### **Requisitos programáticos**

A introdução das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas e a conseqüente criação de novos serviços, nomeadamente, levaram a rever as orientações programáticas do IPLB para a construção e adaptação de edifícios, dado que se prevê também, em cada Município, a constituição de uma rede concelhia, incluindo Anexos e Bibliotecas Itinerantes, nalguns casos (ver anexos 1, 2 e 3).

Assim, se permanecem inalteráveis os princípios básicos subjacentes ao estabelecimento dos contrato-programa - criação de uma moderna infraestrutura que, tendo em consideração os públicos a que se destina, é dotada dos recursos correspondentes à população que serve, muito em especial, de colecções diversificadas e actualizadas, disponíveis para o empréstimo e organizadas em sistema de livre acesso e gerida por profissionais qualificados - o respectivo planeamento obedece hoje, por um lado, a requisitos mais exigentes que a experiência demonstrou serem indispensáveis logo à partida e, por outro, a uma maior flexibilização dos diversos espaços, na perspectiva da evolução previsível neste tipo de equipamento e as suas novas funções.

Por exemplo, é assim que, paralelamente a outras alterações menos significativas, a secção de áudio-vídeo deixou de estar autonomizada, sendo agora esses suportes - assim como a informação multimédia e o acesso às respectivas redes - uma constante em toda a biblioteca, implicando a dotação alargada do correspondente equipamento.

Tendo em atenção a progressiva instalação de Anexos, mas sobretudo o acesso ao grande acréscimo de recursos informativos existentes em rede e já não em suporte papel, optou-se porém por aumentar apenas moderadamente a dimensão da biblioteca, atendendo aos correspondentes encargos

financeiros, por vezes relativamente vultuosos face às condições de alguns concelhos e por se saber que, em certos casos, proporcionalmente à população servida, os seus custos são maiores. Há porém, em defesa da qualidade e da eficácia, exigências básicas que têm de ser cumpridas, mesmo quando implicam investimento e despesas de exploração posteriores, per capita, mais elevadas. Constitucionalmente, todos os cidadãos têm os direitos iguais, mesmo os que vivem em zonas mais carenciadas, mas se esses custos acrescidos se verificam obviamente em muitos outros casos, são por vezes mais difíceis de assumir quando se trata de equipamentos deste tipo. Daí, aliás, a justificação do próprio Programa e dos apoios que concede.

No entanto, a maior parte dos Autarcas do país, já com efectiva experiência de tutelar as novas bibliotecas municipais, sabe hoje que, quando as mesmas funcionam bem e têm enorme êxito junto do público, muito rapidamente a sua área - que inicialmente tinham talvez considerado exagerada - se torna insuficiente. Daí a decisão que já alguns tomaram de aumentar o número de Anexos e até mesmo de alargar, quando isso é possível, as instalações construídas há apenas 2 ou 3 anos. É-nos possível, porém, infelizmente imaginar que, por carência de pessoal e de recursos informativos adequados, determinada biblioteca não seja suficientemente atractiva e então, de facto, todo esse conjugado esforço de investimento se revele de menor rendibilidade social. Daí a firmeza com que se defendem os princípios que caracterizam o Programa, o que por vezes no início da discussão do contrato não é logo compreendido, por manifesta inexperiência das novas práticas que os mesmos implicam e em que se fundamenta afinal.

### **Situação presente e investimento no futuro**

Por decisão política da tutela, o processo de candidaturas vai passar a ser anual e, terminado o 6º, mais 20 foram seleccionadas em Janeiro último. Na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas estão agora integrados 145 Municípios dos 275 existentes no continente e, provavelmente, mais 20 serão seleccionados ainda em 1998.

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira já iniciaram os contactos para que, com as devidas adaptações, venham a ser também abrangidas.

Os critérios de selecção de candidaturas - livremente apresentadas pelas Câmaras Municipais, dentro de prazos anunciados com antecedência, a um Programa promovido e participado até 50% do investimento inicial pelo agora Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, o qual assegura o respectivo acompanhamento e qualidade técnica nos múltiplos vectores, através da celebração de um

contrato-programa - têm em conta sobretudo a adequação da proposta e a sua relativa qualidade de entre as apresentadas no mesmo processo de candidatura, a equilibrada cobertura do país e as questões de ordenamento do território, sempre condicionadas, porém, pelo orçamento do PIDDAC que anualmente lhe é afectado.

Logo após a selecção, sempre difícil, das propostas, para a qual é solicitado o parecer das Comissões de Coordenação Regional que continuarão, aliás, a prestar, no decurso da execução da obra, uma importante colaboração, é assinado um Protocolo de modo a possibilitar ao Executivo Camarário entregar à equipa projectista - que deverá incluir logo de início um Arquitecto e um Bibliotecário - o desenvolvimento do projecto, que integrará na respectiva execução um estudo de implantação do mobiliário e restante equipamento. Só terminado o Projecto de Execução devidamente orçamentado em todas as suas especialidades e aprovado pelo IPLB, este acorda o valor da participação que figurará no contrato a celebrar, de acordo com *plafonds* determinados por m<sup>2</sup> de área construída.

Como foi decidida a abertura de um processo anual de candidaturas para seleccionar 20 novas propostas, pode prever-se que a cobertura do continente será realizada até 2005.

O valor global do Programa ascenderia a 48 milhões de contos, a preços actuais, repartidos, como foi dito, pelas Administrações Central e Local, sendo de cerca de 24 milhões o custo previsto para equipar os 145 Municípios que já integram a RNBP, desde Janeiro último.

Verifica-se que, actualmente, este número representa 53% dos potenciais concelhos a abranger, sendo que grande parte dessas bibliotecas já se encontram em funcionamento. Aliás, vai ser hoje mesmo, nesta zona centro do país, inaugurada em Soure, a 76ª pelo Senhor Ministro da Cultura.

Sempre encarámos como um estimulante desafio, as naturais dificuldades inerentes a um Programa tão inovador como este, que não se iniciou com experiências-piloto mas se optou por estender logo de norte a sul, envolvendo entidades e agentes muito diferentes.

Não pretendemos referi-las exaustivamente, mas é interessante notar que o tipo de dificuldades tem evoluído ao longo dos anos.

A mais recente parece ter a ver com o próprio sucesso do Programa, o que motiva normais reivindicações de vários Municípios que sistematicamente têm concorrido em número muito elevado, sobretudo dos que não foram ainda abrangidos por razões que têm sobretudo a ver com os recursos financeiros e humanos à nossa disposição, o que nos obriga a um redobrado rigor na aplicação dos

critérios. Daí que seja determinante a qualidade relativa das propostas, aliás sempre passíveis de um prévio apoio, exclusivamente técnico, pelos serviços do IPLB, apesar de não poder ter carácter prioritário, pelo grande acréscimo de trabalho que significa essa modalidade.

Outra finalidade, relacionada com a inicial e generalizada falta de experiência dos agentes envolvidos, sem termos de comparação nem modelos de referência no país, foi já aplanada com o aparecimento de muitas bibliotecas municipais de grande qualidade, em termos do espaço, mas também da dinâmica do funcionamento e dos serviços prestados, que foram capazes de materializar os objectivos e concretizar os fins, tornando-se exemplos para as que lhe sucederam no tempo. Mas ainda há quem continue a pensar que a instalação de uma qualquer sala, com uns quantos livros de preferência oferecidos, à guarda de um funcionário sem qualificações, deveria ser comparticipada no âmbito de um Programa que nasceu exactamente para combater essa concepção ultrapassada. Quanto à nova, e apesar do seu enorme potencial, continua a ser importante fazer a respectiva pedagogia, sem abdicar da observância dos respectivos princípios básicos.

Reconhecemos, entretanto, que os custos relativamente elevados nalguns casos, poderiam ser diminuídos se tivesse sido possível desenvolver uma maior cooperação e lançar projectos intermunicipais de maior volume, com a inerente racionalização de recursos financeiros e outros. Até agora, regista-se como maior potencial de cooperação, a designada Rede Informática de Leitura Pública - RILP, que, através de um consórcio, foi lançada inicialmente para informatizar as Bibliotecas Municipais, que integra hoje 16, encontrando-se mais 6 em processo de adesão.

O aparecimento de associações como a BIBLIOMÉDIA e a LIBERPOLIS e outras que se encontram em gestação, poderá ser um importante contributo, à falta de outros meios de carácter estruturante para alterar um dos aspectos menos positivos que, se tem a ver com conhecidos obstáculos de ordem administrativa, é também e sobretudo um reflexo do individualismo que atrofia as nossas reconhecidas potencialidades.

Para além de outras carências infraestruturais, hoje felizmente a ser resolvidas, o problema mais grave que continua a persistir e que pode colocar em risco este projecto é a insuficiência de técnicos qualificados, visto que uma outra questão grave, que tem a ver com a actualização regular dos fundos documentais, depende apenas de uma maior injeção de meios financeiros.

É reconhecidamente excelente a capacidade dos que dirigem e trabalham actualmente nas Bibliotecas Municipais, a que entregam generosamente o melhor do seu esforço, dedicação e entusiasmo. Mas o seu número é insuficiente, a oferta escassa, o recrutamento lento e problemático, a actualização

profissional - seja no domínio da constituição criteriosa das colecções, seja sobretudo na área das novas tecnologias - tem-se revelado como um problema aparentemente sem saída, tal como a reforma, sempre adiada, dos cursos de especialização que formam os bibliotecários.

### **Programas complementares**

Na orgânica do novo IPLB, foi possível criar um programa autónomo de Promoção da Leitura que veio colmatar uma falta que de há muito se fazia sentir e a que foi dada grande visibilidade nos seus dois anos de existência. Tendo como principais protagonistas as bibliotecas da Rede, os seus destinatários, porém, muito para além dos habituais leitores, são de facto o público em geral, ou pelo menos, largas faixas que tem sido mais difícil atingir, mas para as quais se mobilizam agora também os meios de comunicação de massa.

Ideias já presentes no Relatório de 1986, a partir do qual se lançou a Rede de Leitura Pública, recorda-se que esta foi concebida como devendo ultrapassar as paredes físicas das bibliotecas para se estender progressivamente a outras pequenas unidades nas prisões, nos hospitais, nos lares de 3ª idade, à procura do leitor onde ele se encontrasse, sendo consideradas de importância fundamental campanhas do tipo que agora tem sido finalmente possível lançar, com acrescidos recursos humanos e financeiros. De certo mais pormenorizadamente, este tema será abordado neste mesmo Congresso por uma Bibliotecária directamente envolvida no projecto e também no PALESE - apoio à leitura em suportes especiais - há 8 anos iniciado, tendo como destinatários sobretudo as pessoas com deficiências visuais.

Com a colaboração das Bibliotecas Municipais e do próprio Ministério da Cultura, está em marcha finalmente um projecto de Rede de Bibliotecas Escolares que há muito se reclamava do Ministério da Educação e que sempre considerámos paralelo ao da Rede de Bibliotecas Públicas e até indispensável ao seu eventual sucesso. De facto, numa abordagem sistémica das bibliotecas e da informação, conducente a uma política coerente e ousada, indispensável ao progresso do país, parece-nos há muito mais do que evidente que todos os sectores têm que interagir e complementar-se, indo pois a falha de algum deles reflectir-se negativamente em todos os outros, quer se trate de uma biblioteca nacional, de bibliotecas públicas, de bibliotecas escolares e universitárias, de bibliotecas especializadas...

A importância destes diferentes segmentos é já hoje finalmente reconhecida entre nós, mas todos os documentos internacionais, sobre a emergente Sociedade de Informação, relevam o papel

fundamental da biblioteca pública, porque o seu utilizador é sobretudo o cidadão comum.

Também o Ministério da Ciência e da Tecnologia, no âmbito da Missão para a Sociedade da Informação, lançou o programa “*Internet nas Escolas*”, através do qual dotou as respectivas bibliotecas de um computador multimédia com ligação à rede das redes.

Aos Municípios foi dada igual possibilidade, pelo que as respectivas Bibliotecas Públicas vão contar com esse apoio suplementar. É evidente que em ambos os casos se torna indispensável dar formação a professores e técnicos, para que se possa tirar benefícios efectivos desse investimento, sobretudo em termos dos utilizadores finais para quem essa intermediação é fundamental.

### **Cooperação interna e externa**

Por fim, e tendo em conta que desde logo a nível regional é importante encontrar formas institucionalizadas de colaboração e criar sinergias que envolvam, por exemplo, as bibliotecas universitárias e que, no plano mais geral, é fundamental seguir as normas preconizadas pela Biblioteca Nacional, enquanto agência bibliográfica, para garantir que a informação será acessível em todas as unidades do sistema e se integre nas redes internacionais, é fácil de entender como a eficiência desses vários subsistemas condiciona a qualidade dos serviços prestados à comunidade no seu conjunto e o padrão de satisfação das suas necessidades e interesses.

É sabido que o projecto da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, promovido pelo IPLB é um programa de incentivo aos Municípios para os estimular e apoiar na criação dessas infraestruturas, procurando seguir os princípios orientadores do Manifesto da UNESCO neste domínio, assim como as recomendações constantes de conhecidos estudos a nível europeu, sem deixar de procurar uma via própria à nossa identidade.

Num relatório produzido em 1996, fazia-se a avaliação do Projecto - iniciado 10 anos antes com um outro Relatório também por nós coordenado - e apontavam-se algumas linhas estratégicas para o seu futuro desenvolvimento.

Devemos já hoje acrescentar que, para além do que nele se propõe, nos parece cada vez mais urgente um reforço da cooperação, que sem dúvida seria facilitada com a criação de bibliotecas de vocação regional e também que, pelas razões implícitas no que antes dissemos, vai sendo tempo, face à experiência adquirida e à semelhança do que existe, aliás, em muitos outros países da União Europeia, de criar um enquadramento legislativo que a ratifique e sobretudo dê a estabilidade

indispensável a um mais coerente, harmonioso e seguro desenvolvimento das Bibliotecas Públicas no Portugal do séc. XXI.

Para terminar, salientamos que sempre esteve presente nas nossas propostas a determinação de estimular as BP a colaborar, por um lado, com as mais diversas entidades e organismos fora do seu círculo tradicional de influência e, por outro, em projectos internacionais, e isso é hoje felizmente uma realidade.

A criação de novos serviços nas BM da Rede são também resultado desse desígnio e podemos até neste Congresso mostrar algumas realizações em curso.

Convidamos pois os participantes a assistir, em espaços contíguos a esta sala, à apresentação entre outras, do CONSTAT - Sistema de Informação Estatística de Base Municipal que o IPLB instalará gratuitamente em todas as Bibliotecas interessadas e que concretiza uma frutuosa colaboração com o INE - Direcção Regional do Centro. Para isso foi desenvolvido um sistema electrónico especialmente com o objectivo de facilitar a consulta de estatísticas estruturadas para cada Concelho, desagregadas a nível de Freguesia, mas permitindo comparações nacionais. Incluindo variáveis consideradas de maior interesse relativas ao território, demografia, actividade económica, finanças, educação, cultura, etc., representa um inovador serviço de informação à comunidade, reorganizando conteúdos de muito interesse mas até agora dificilmente consultáveis pelo utilizador comum.

Poderá também contactar-se com outro tipo de serviço que as Bibliotecas Públicas pretendem disponibilizar, no domínio da aprendizagem aberta e aqui demonstrado pelos projectos PLAIL e LISTED, resultantes de parcerias estabelecidas pelo IPLB com organismos de outros países europeus, no âmbito do Programa da DGXIII "*Telematics for Libraries*".

*Março 98*